

CORREIO PAULISTA

Fotomontagem / Com fotos da Câmara dos Deputados



Adriana(Novo), Kim (Missão), Salles (Novo) e Rosângela (PL)

Deputados paulistas votam contra PEC do fim da 6 x 1

Cinco deputados federais de SP votaram contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1, aprovada pela Câmara dos Deputados em dois turnos no fim de maio. Os parlamentares paulistas que registraram voto contrário foram Adriana Ventura (Novo), Kim Kataguiri (Missão), Ricardo Salles (Novo) e Rosângela Moro (PL). O deputado Fausto Pinato (União Brasil) votou contra no primeiro turno de votação, mas mudou de ideia e votou a favor no 2º turno. A proposta reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas e estabelece dois dias de descanso por semana. A PEC foi aprovada por ampla maioria e agora está no Senado Federal, para análise e votação.

Enquanto isso, falta quórum na Alesp

O deputado estadual Ricardo Madalena(PL) solicitou a convocação do presidente da Sabesp, Carlos Augusto Leone Piani, para prestar esclarecimentos à Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) sobre as obras de implantação da rede de esgoto nos bairros Serrinha e Serra Velha, em Paranapanema. A oitava estava agendada para quarta-feira (3), mas não foi realizada devido à falta de quórum.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) assinou PEC

Senador a favor de flexibilizar trabalho

O senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) assinou a Proposta de Emenda à Constituição nº 12/2026, de autoria do senador Rogerio Marinho (PL-RN), que prevê a possibilidade de um regime de trabalho flexível, no qual o trabalhador receberia de acordo com as horas trabalhadas. A medida seria uma alternativa oposta ao fim da escala 6 x 1, aprovada pela Câmara dos Deputados no fim de maio. Os autores defendem maior liberdade e autonomia para os trabalhadores, férias e décimo terceiro salário proporcionais à carga horária trabalhada e modernização das relações de trabalho.

Liberdade religiosa é tema na Alesp

Os parlamentares da Assembleia Legislativa de SP subiram à tribuna do Plenário Juscelino Kubitschek, nesta quarta-feira (3), para debater, entre outros temas, a defesa das liberdades religiosa e de expressão. Ainda foi pauta a greve dos servidores de Taubaté, as condições dos presídios, a atuação da polícia civil na capital e acusações de intolerância religiosa em exposição do Masp.

POR ANDRE SOUZA

“Na sola da bota”

Ao som da música “Na Sola da Bota”, da dupla Rio Negro e Solimões, Tarcísio de Freitas postou nas redes sociais a visita à Barretos - a 420km da capital - na terça(3) e na quarta(4). O governador almoçou com prefeitos da região, empresários, deputados da base de apoio e outras autoridades locais no Parque do Peão.

Ainda em Barretos

Tarcísio também participou de inaugurações de obras e anunciou pacote de R\$ 146 milhões para a região de Barretos: R\$ 35 milhões para a rede de saúde, R\$ 24,5 milhões saneamento básico nos municípios atendidos pela Sabesp e R\$ 24,7 milhões em convênios para obras de infraestrutura urbana em 17 municípios.

Catavento Olímpia

A caravana de Tarcísio pelo interior também participou da inauguração do Espaço “Ruy Ohtake”, um centro cultural na cidade de Olímpia, que teve R\$ 3,8 milhões de recursos estaduais. No local será instalado o Espaço “Catavento Olímpia”, a primeira unidade do Museu Catavento fora da capital.

Consulta pública I

O Governo do Estado de São Paulo está realizando até 14 de junho a consulta pública da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. Um sistema eletrônico de votação está disponível aos cidadãos. Para participar, basta acessar o ambiente de votação e selecionar o item que melhor representem sua opinião para melhorar a sua região.

Consulta pública II

O sistema também permite aos cidadãos a possibilidade de fazer comentários que detalhem ou especifiquem suas escolhas. A participação e as sugestões abarcam as mais diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, segurança pública, entre outras. As primeiras reuniões já estão agendadas.

Auditor fiscal

A Justiça de SP revogou a prisão preventiva do ex-auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto, investigado por supostamente liderar um esquema de fraudes envolvendo créditos de ICMS que teria movimentado mais de R\$ 1 bilhão. O Ministério Público de São Paulo informou que pretende recorrer da decisão.



Assinatura dos termos ocorreu na sede do MPMG, em BH

Minas financia centros de atendimento a mulheres

Investimento de R\$ 36 milhões atende 24 municípios do estado

Eduardo Maschio

O Governo de Minas e as instituições de Justiça signatárias do Acordo Judicial de Reparação de Brumadinho assinaram os Termos de Compromisso para implantação de Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em 24 municípios atingidos pelo rompimento da barragem da Vale, em 2019. A cerimônia reuniu representantes das prefeituras na sede do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em Belo Horizonte.

São signatários do acordo o MPMG, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais. A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG) coordena a implementação das medidas. O rompimento matou 272 pessoas e causou danos ambientais e socioeconômicos na região.

Rede de proteção

O projeto, estruturado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese-MG), prevê investimento total de R\$ 36 milhões — R\$ 1,5 milhão por município. Os centros funcionarão como espaços de escuta qualificada e orientação sobre direitos, com equipes integradas às redes locais de saúde, assistência social, segurança pública e educação. Cada unidade terá estrutura física, equipamentos e carro de apoio, além de atendimento com

psicólogos, assistentes sociais e advogados.

“No Brasil, mais de 50% dos casos de feminicídio acontecem em municípios com menos de 100 mil habitantes. Descentralizar a lógica de atendimento com esses centros de referência é um passo extremamente significativo para conseguirmos ampliar a atuação governamental em rede”, destacou o secretário-adjunto da Seplag, Rodrigo Matias.

A presidente da Associação dos Familiares das Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem (Avabrum), Nayara Porto, celebrou a iniciativa. “Os centros realmente farão a diferença nos municípios para combate à violência e para acolhimento às mulheres”, afirmou.

Recursos e agilidade

A reunião também apresentou proposta de fluxo simplificado para destinação de saldos residuais de anexos do Acordo, estimados em R\$ 300 milhões. O modelo mantém controle técnico e deliberação dos signatários, mas garante mais celeridade aos municípios.

“Os municípios demonstraram que conhecem a realidade do seu povo. Quando fortalecemos os municípios, fortalecemos a reparação”, afirmou o procurador-Geral de Justiça do MPMG, Paulo de Tarso Morais Filho. Ambas as iniciativas aguardam homologação judicial.